

Previsão: este mês, uma inflação de 4%.

A previsão é de um professor da Fundação Getúlio Vargas, que projeta essa média de índice para os próximos seis meses. Caso a taxa de 4% se confirme para este mês, o Índice Geral de Preços poderá cair de 95,1% para 94,3%, e o ano terminará com um índice na faixa de 95% a 97%.

A inflação deverá ficar em torno de 4% este mês, sendo bastante possível que permaneça entre 3,5% e 4,5% nos próximos seis meses, em contraste com os elevados índices de 6%, 7% e 8% observados em junho, julho e agosto. A previsão foi feita ontem no Rio pelo professor Uriel Magalhães, da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, ao frisar que os controles monetários e fiscais começam a funcionar.

O índice mais baixo dos últimos três anos foram os 3,7% de setembro. Caso a taxa de outubro seja mesmo de 4%, o Índice Geral de Preços (IGP) deverá declinar de 95,1% para 94,3%; o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) cairia para cerca de 97%.

Segundo Uriel Magalhães, embora os controles monetários se-

jam bastante rígidos, no momento, com a elevação do compulsório, com a liquidez da economia em margens estreitas, o patamar de baixa da inflação não apresentará ganhos mais substantivos nos próximos meses. Sua expectativa é de que a inflação terminará o ano na faixa de 95% a 97%. Embora o Conselho Monetário Nacional tenha fixado na reunião de ontem um índice de inflação de 70% para 1983, Uriel Magalhães entende que este índice deverá ser de 80% ou no mínimo de 75%, mesmo com todas as perspectivas contracionistas das políticas monetária e fiscal, e menor atividade econômica do País.

Queda ainda lenta

Ele lembra que a indexação de quase toda a economia brasileira

apresenta uma rigidez muito grande para ganhos substanciais no combate à inflação, no curto prazo. A queda será lenta, embora os resultados amargos, a seu ver. Ainda que o mercado venha esperando para este ano que as correções monetária e cambial superem o IGP no final do ano, Uriel Magalhães descarta essa possibilidade, acreditando que no acumulado dos 12 meses tais índices se igualam.

Para o professor da FGV, esse fato não elimina a hipótese, improvável a seu ver, mas não impossível diante da difícil conjuntura que o país atravessa, de uma maxidesvalorização cambial, com seu cortejo de efeitos desagradáveis como elevação dos preços internos e maiores custos para os tomadores de empréstimos no exterior.

Lembra, no entanto, que o governo criou uma possibilidade real de maxidesvalorização cambial, ao instituir o "hedging" ou seguro contra risco cambial com base em ORTN, aliviando parte dos encargos que uma maxi poderá trazer.

Neste caso, beneficiam-se os tomadores de empréstimos novos e aqueles que façam reformas de antigos empréstimos. Sua opinião é a de que o governo continuará com as minidesvalorizações sem levar em conta a inflação externa, como vem sendo feito desde 1981. Assim, ao longo de três anos, 1981, 1982 e 1983 em que o governo despreza o diferencial da inflação externa na recomposição cambial, o exportador terá recuperado o hiato, ou seja, terá sido eliminada a sobrevalorização do cruzeiro, estimada em 30% ou 35%.